

Raízes e Prática de Economia Solidária: Articulando Economia Plural e Dádiva numa Experiência do Ceará

RESUMO

O texto apresenta uma reflexão teórica a partir das visões de economia plural, em Polanyi (2000), e de dádiva, em Mauss (2003), como fundamento para a observação de evidências empíricas no Brasil. Apresenta a proposta de Polanyi (2000) sobre a economia plural; faz o resgate do pensamento de Mauss (2003) sobre a dádiva; depois, numa articulação entre as propostas apresentadas nos dois itens iniciais, procura situar a economia solidária e as relações que se engendram no seu interior a partir da análise de um caso emblemático de manifestação de economia solidária no Brasil, a experiência da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras, bairro da periferia de Fortaleza (CE). Conclui que é possível entender a lógica das práticas que se engendram no interior das experiências de economia solidária a partir do referencial adotado.

PALAVRAS-CHAVE:

Economia Solidária. Cooperativismo. Autogestão.

Maria Odete Alves

- Pesquisadora do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene) / Banco do Nordeste do Brasil (BNB);
- Mestre em Administração Rural e Desenvolvimento pela Universidade Federal de Lavras (UFLA);
- Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília (UnB).

Marcel Bursztyn

- Professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB).

1 – INTRODUÇÃO

A economia solidária tem suas raízes na primeira metade do século XIX, na Europa, durante a Revolução Industrial. Alguns pensadores, na busca de alternativas para superar os efeitos excludentes do liberalismo econômico, elaboraram modelos de sociedade mutualista, cooperativista e solidária.¹ Pelo Mesmo motivo, a classe trabalhadora urbana buscou soluções que ultrapassassem os limites de uma sociedade de mercado, estabelecendo o denominado trabalho cooperativo. (SINGER, 2002).

Na sua base, a economia solidária conta com os mesmos princípios que regem as sociedades cooperativas, concebidos pelos Pioneiros de Rochdale². Porém, o perfil dos empreendimentos de economia solidária é diferente daquele das cooperativas “tradicionais”. Estas últimas, mundialmente, sofreram uma tendência de capitalização por parte do sistema capitalista. De certa forma, adaptaram-se aos movimentos de mercado e às exigências da globalização, modificando-se e abrindo mão de alguns dos princípios essenciais. (LOUREIRO, 1981; BURSZTYN, 2008; ALVES; ALMEIDA, 2000; CRUZ, 2005; OLIVEIRA, 2005). Ao contrário, a economia solidária prima pelo retorno dos princípios básicos do cooperativismo e, portanto, apresenta características de um cooperativismo renovado. Embora seja um objeto cujo conceito ainda se encontre em discussão,

alguns elementos são consensuais na definição da economia solidária. Podem-se citar, como exemplo, o caráter coletivo das experiências em que a formação de grupos ocorre a partir de vínculo social (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004), a ação comum baseada no princípio da igualdade entre os membros, as relações de trabalho não-assalariadas, a propriedade e o exercício do controle coletivo do empreendimento (CRUZ, 2005), além da valorização do espaço local. De acordo com o Centro de Pesquisa e Informação sobre a Democracia e a Autonomia (CRIDA), economia solidária é representada por

[...] iniciativas e práticas econômicas diversas que assumem a forma de associação e buscam responder problemáticas locais específicas, indicando de um lado, a união de duas noções historicamente distintas: iniciativa e solidariedade; e de outro, a inserção da solidariedade na elaboração coletiva de atividades econômicas. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 109).

A economia solidária surge entre os anos 1980-90 sob nomes e personalidades diversos: cooperativas e associações (de socorro mútuo, produção, consumo, crédito, poupança etc.), empresas autogestionárias, clubes de troca, finanças solidárias, bancos comunitários, consumo solidário, redes de colaboração solidária, comércio justo e solidário, grupos produtivos informais. As atividades econômicas são combinadas com outras ações de cunho educacional e cultural, havendo uma preocupação em valorizar o sentido do trabalho e o compromisso com a coletividade em que estão inseridas.

Na Europa, a emergência da economia solidária está ligada à problemática da exclusão social crescente, principalmente no meio urbano, e emerge a partir de iniciativas locais baseadas em serviços de proximidade ou serviços solidários, representados pelo conjunto de serviços antes produzidos na esfera doméstica, como auxílio aos domicílios, jardinagem, consertos domésticos etc. ou serviços que visam à mediação social nos bairros, como a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente local. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). Da mesma maneira, na América Latina e no Brasil, exerceram grande influência em seu surgimento as crises econômicas ocorridas nas décadas de 1980-90 e o consequente aumento do desemprego e da exclusão social.

1 Embora não tenham apresentado uma formulação objetiva de como transformar a sociedade, o que lhes rendeu a denominação por parte de Karl Marx, de socialistas utópicos. São eles: Claude Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1873), Pierre Proudhon (1808-1865) e Robert Owen (1773-1858). (SANTOS, 2005; CAMARGO PEREIRA, 2006).

2 A origem dos princípios do cooperativismo se encontra em Rochdale, Inglaterra, 1844. Nesta cidade, um grupo de 28 operários desempregados decidiu se unir e criar a Rochdale Society of Equitable Pioneers, uma cooperativa de consumo. O grupo firmou sua marca na história com a denominação de “Pioneiros de Rochdale”. Os princípios por eles definidos estão presentes no discurso e no estatuto das sociedades cooperativas até os dias atuais, embora somente as verdadeiras sociedades cooperativas sejam efetivamente regidas por eles. São os seguintes, os princípios do cooperativismo: 1) adesão voluntária e livre; 2) gestão democrática pelos sócios; 3) participação econômica dos membros (propriedade dos meios de produção coletiva, acesso igualitário à distribuição das sobras, juros limitados ao capital, aplicação dos excedentes de acordo com decisão em assembleia; 4) educação, formação, informação; 5) intercooperação; 6) autonomia e independência; 7) interesse pela comunidade (desenvolvimento de políticas locais pelas próprias cooperativas em benefício dos membros da comunidade na qual estão inseridos). (ORGANIZAÇÃO..., 2008).

No Brasil, observa-se uma multiplicação de empreendimentos de economia solidária desde os anos 1990, embora somente a partir de 2005 existam dados oficiais sobre o número e as características dos empreendimentos aí enquadrados. Atualmente, os empreendimentos solidários aproximam-se dos 22 mil no Brasil, com a seguinte distribuição regional (BRASIL, 2008): Nordeste (43,45%), Sudeste (17,90%), Sul (16,39%), Norte (12,15%) e Centro-Oeste (10,11%). Na esteira desse movimento, ganham espaço, em âmbito mundial, as discussões acadêmicas e as formulações teóricas, principalmente a partir dos anos 1990, avançando até os dias atuais. Porém, os corpos teóricos ainda são incompletos e são notórias a fragilidade conceitual do termo e a limitada sistematização de experiências, havendo muito a avançar neste campo.

O presente trabalho se insere neste contexto, como um esforço de contribuir para a discussão e o fortalecimento desse corpo teórico. A hipótese é de que a compreensão das experiências de economia solidária em andamento pode ser facilitada se sua análise partir de uma visão de economia diferente daquela atualmente vigente. Uma economia que não seja integralmente subordinada às leis do mercado e regida unicamente pelo racionalismo e materialismo, mas, ao contrário, seja subordinada ao sistema social. Recorre-se à formulação polanyiana de economia plural (POLANYI, 2000) e à de dádiva maussiana (MAUSS, 2003) como ponto de partida para, numa articulação entre ambas, explicar o que se passa no interior das experiências de economia solidária, a partir do estudo de um caso concreto.

O texto está estruturado em três unidades, acrescido desta introdução e das considerações finais. No primeiro item, é apresentada a proposta de Karl Polanyi sobre a economia plural; em seguida, é feito o resgate do pensamento de Marcel Mauss sobre a dádiva. No item três, numa articulação entre as propostas apresentadas nas duas unidades iniciais, são abordadas a economia solidária e as relações que se engendram no seu interior, amparadas no caso concreto da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, bairro da periferia da cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, Brasil.

2 – ECONOMIA COMO COMBINAÇÃO DE LÓGICAS DIVERSAS

Dentre uma série de eventos significativos ocorridos entre os séculos XVIII e XIX,³ foi o estabelecimento da economia de mercado, um mecanismo inteiramente novo, o responsável pela promoção de uma mudança básica na sociedade ocidental. A economia de mercado é um sistema autorregulado de mercados, no qual a economia é dirigida unicamente pelos preços do mercado.

O modelo da economia de mercado começou a tomar corpo a partir de estímulos artificiais⁴ à sociedade para fazer frente à situação criada pelo advento da máquina a vapor no processo de produção industrial na Inglaterra. Ganhou força com as ideias liberais de autores como Adam Smith e seus seguidores, espalhando-se por toda a sociedade no decorrer de uma geração. As consequências institucionais desse acontecimento foram significativas, à medida que promoveu a transformação de terra, trabalho e do próprio dinheiro em mercadorias e uma mudança drástica na organização do trabalho.⁵ (POLANYI, 2000). Na sua raiz, encontra-se o princípio de que a motivação do lucro substitui a motivação da subsistência e todas as transações passam a ser suscetíveis de monetização.

Até então, nenhuma economia, mesmo em princípio,⁶ havia sido controlada por mercados. O ganho

3 Citem-se como exemplos, os cercamentos e a consequente expulsão de populações rurais, a invenção da máquina e o surgimento das cidades fabris e a concentração das indústrias, as elevadas jornadas de trabalho envolvendo o trabalho infantil, o aumento da taxa populacional, dentre outros eventos.

4 A interpretação que se teve deste fato no século XIX é que seria uma consequência natural da disseminação dos mercados. Para Polanyi (2000), no entanto, isso não é verdadeiro, à medida que a presença ou ausência de mercados não fará necessariamente alguma diferença em sociedades primitivas. No máximo, provocará “certo isolamento” ou “tendência à reclusão”, mas sem interferência do ponto de vista da organização interna de determinada economia. O Estado foi um ator importante nesse processo, quando transformou em mercadorias a terra, o trabalho e o dinheiro.

5 Ao se transformar em mercadoria, o trabalho passou a ser regido pela lei da oferta e demanda, ou seja, como um bem produzido para venda. Isso causou uma mudança profunda na organização do trabalho, à medida que forçou os indivíduos a venderem seu trabalho e separou o trabalho das outras atividades da vida.

6 Ao contrário do que sugerira Adam Smith (A Riqueza das Nações, 1776), a divisão do trabalho nas sociedades primitivas não dependia da existência de mercados, pelo fato de que não havia

e o lucro obtidos nas trocas não desempenhavam papel importante na economia. Embora o mercado existisse desde a idade da pedra, seu espaço na economia tinha caráter fortuito. (POLANYI, 2000).

Polanyi faz uma crítica ao reducionismo da economia de mercado e formula a ideia de economia como uma invariante histórica, que admite uma pluralidade de formas de produzir e distribuir riquezas, com uma conjugação de diferentes regimes, associada a cada tempo e lugar: mercado autorregulado, redistribuição, reciprocidade e domesticidade. (POLANYI, 2000). Na modernidade, tais princípios se reagruparam em três formas de economia (ou princípios) imbricadas, complementares e, simultaneamente, produtoras e consumidoras de riqueza.

- a) Uma economia mercantil fundada no mercado autorregulado (oferta e demanda, impessoalidade, equivalência monetária, relação utilitária);
- b) Uma economia não-mercantil fundada na redistribuição (em que o Estado se apropria para redistribuir);
- c) Uma economia não-monetária fundada na domesticidade e na reciprocidade (perceptível principalmente na agricultura familiar e no voluntariado não-remunerado). (LAVILLE, 1994).

De acordo com essa formulação, a economia de mercado representa apenas um dos princípios da economia. Esta constatação serve, pois, de alerta para as implicações decorrentes da absolutização da economia de mercado, principalmente quando se analisam os traços marcantes que a caracterizam:

1. Autonomização da esfera econômica e a sua assimilação pelo mercado: a economia é vista meramente a partir de sua vertente mercantil, sendo excluídos os fenômenos alheios ao mercado. Desse modo, a economia aparece separada do resto da sociedade. (POLANYI, 2000);

2. Identificação do mercado como autorregulador: tendo como ponto de partida o comportamento humano racional e atomizado, o estudo da economia parte de um método dedutivo por agregação, considerando o mercado como autorregulador, sem levar em conta as estruturas institucionais existentes e as mudanças às quais elas são submetidas, a fim de que o mercado exista. (POLANYI, 2000);
3. Identificação da ideia de empresa moderna como sendo sinônimo de empresa capitalista, o que não é verdadeiro, pois nem toda empresa é necessariamente um empreendimento lucrativo e com fins de acumulação privada, existindo uma diversidade de formas de propriedade. (CHANIAL; LAVILLE, 2008).

Ao ser instituída, a economia de mercado mascarou a pluralidade inerente à economia, promovendo uma inversão no modo de vida de sociedades inteiras. Até então subordinada às relações sociais, a economia passou a exercer o comando, tomando lugar central nas sociedades. Houve, por assim dizer, um processo de mercantilização da vida. Acontece que, em realidade, embora comunidades distintas sejam movidas por diferentes interesses, em qualquer delas o sistema econômico, como regra, está submerso nas relações sociais:

Ele [homem] [...] valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo. (POLANYI, 2000, p. 65).

Principalmente entre as massas populares, a expansão dos mecanismos de mercado foi responsável pela destruição de laços familiares e de convivência que até então funcionavam como a base do trabalho, da produção e da vida social. (POLANYI, 2000). A desarticulação na vida das pessoas e o surgimento de focos de resistência e reações foi uma decorrência dessa “desnaturalização” da economia. Como consequência disso, surgiram tensões institucionais, o conflito de classes e o cooperativismo. (SINGER, 2002).

Polanyi explica com quais mecanismos e por que a

propensão do homem à barganha e à troca. A divisão do trabalho, ao contrário, é tão antiga quanto a sociedade e sua ocorrência deriva de diferenças inerentes aos indivíduos e à geografia.

economia de mercado tornou-se central na sociedade moderna. Mais que isso, fornece os elementos para se desvendarem as fontes por meio das quais vem se manifestando a resistência à sociedade de mercado ou à convivência com esta. Interpretar as economias a partir destes princípios significa realizar uma inversão na solução neoclássica de analisar os comportamentos econômicos e permitir a emergência das dimensões ocultas na economia de mercado: outras possibilidades modernas de organização da sociedade, outros princípios não-mercantis de organização econômica e outras organizações econômicas, distintas da empresa privada capitalista. Aí se encontra o cerne da formulação polanyiana de economia para a compreensão da economia solidária. A articulação entre essa visão de economia e a noção maussiana de dádiva (MAUSS, 2003) podem fornecer a chave para a explicação sobre o que são e por que as experiências de economia solidária existem e se multiplicam nos últimos anos.

3 – DÁDIVA MAUSSIANA COMO UM PRINCÍPIO DE REGULAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

No início dos anos 1980, na França, um grupo de intelectuais encabeçado por Alan Caillé decide criar o grupo *Mouvement Anti-utilitariste dans les Sciences Sociales* (MAUSS) – ou Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais. A sua tarefa era resgatar o pensamento de Marcel Mauss (1872-1950) e defender a ideia de um terceiro paradigma em ciências sociais: o paradigma da dádiva.⁷ O grupo surge como uma reação à cultura do interesse e do utilitarismo que dominava as ciências sociais como um todo. Ele procura mostrar que holismo e individualismo metodológico têm base comum, apesar de suas origens distintas. Após sua criação, o MAUSS passa a publicar um boletim, que, mais tarde, se transforma numa revista da área de

ciências sociais: *La Revue Du Mauss*⁸.

Mauss (2003) desenvolveu as suas reflexões a partir da análise de diversas sociedades indígenas, buscando entender a forma e a razão das trocas em sociedades primitivas. A sua hipótese é que a dádiva é um dos fundamentos humanos de construção das sociedades. Descobre o papel do simbolismo na vida social e observa a ligação entre a simbologia e a obrigação de dar. Para ele, os fatos sociais devem ser considerados como símbolos totais. Neste sentido, as trocas são um fato social total.⁹ Símbolo e dádiva são idênticos, ou pelo menos co-extensivos, pois, em virtude de sua dimensão simbólica, a dádiva excede a dimensão utilitária e funcional dos bens e serviços. A dádiva opera como um princípio que regula as relações sociais, envolvendo a obrigação dos indivíduos de se submeterem à lei do simbolismo e à exigência de dar, receber e retribuir. (MAUSS, 2003).

A dádiva é uma aposta sustentada na incerteza (o ato de dar não significa que o outro aceitará; e, se o outro aceita, não significa que retribuirá) e na inexistência de mensuração de valores, pois não existe relação numérica entre o que se dá e o que se recebe. Por outro lado, o ato de dar confere ao doador poder e autoridade sobre o donatário, até que o último retribua a doação e se inverta a situação. Porém, não é um jogo de interesse, pois o ato de dar tem um componente afetivo. Trata-se, sobretudo, de uma obrigação de liberdade, ou seja, ela é indissociavelmente livre e obrigada, interessada e desinteressada. É representada por formas socialmente instituídas, mas não como mera obrigação ritual, pois deixa espaço para a iniciativa pessoal. Diferentemente do que acontece numa concepção utilitarista, o interesse está no final do processo, e não no início, e será compensado pela generosidade, caso tudo dê certo. Neste movimento ocorre a circulação obrigatória de riquezas.

⁷ O holismo e o individualismo metodológico são as duas vertentes observadas nas ciências sociais. A primeira postula que as partes são, de certo modo, redutíveis ao todo; na segunda, que um grupo é redutível à soma dos indivíduos que o compõem e que o antecedem. (FRANÇA FILHO; DZIMIRA, 2002). Caillé (2008), em particular, desenvolve a tese contra o que considera o utilitarismo existente nessas duas vertentes, as quais, segundo ele, teriam origem comum. Busca demonstrar que, nas sociedades modernas, ao contrário das afirmações dos utilitaristas sobre a existência de relações puramente calculistas e mercantilistas, também acontecem relações despidas de interesse mercantil, material, significando que existe tanto o primeiro quanto o segundo componente.

⁸ A Revista do MAUSS está registrada sob ISSN 1247-4819 e ISBN 2-7071-4078-3. Circula desde 1982, sendo inicialmente (1982-1988) sob a denominação de Bulletin du MAUSS. De 1989 até 1992, circulou no formato de revista com o título de Revue du MAUSS trimestrielle. A partir de 1993 a publicação é conhecida pelo título de "Revista do MAUSS semestral". Atualmente, a Revista oferece também uma edição eletrônica e tem como diretor o intelectual francês Alan Caillé.

⁹ Com isso, Mauss (2003) quer dizer que as trocas movimentam a totalidade da sociedade e de suas instituições ou, no mínimo, um grande número de instituições e indivíduos.

Fábrica de Relógios LIP

Fundada em 1867, a fábrica de relógios LIP obtém grande crescimento até os anos 1960, ocasião em que começa a ter problemas financeiros. Em 1973 seus operários descobrem a pretensão por parte da administração de reduzir drasticamente o quadro de operários. Decidem ocupar a fábrica e à noite apreendem e escondem 65.000 relógios. A greve que realizam é o ponto de partida de um conflito e um movimento de luta que vai durar alguns anos, mobilizando multidões na França e na Europa. Na base do movimento estava a união e a solidariedade, fruto de 15 anos de construção de uma proposta de contrapoder (RAVENEL, 2008) por parte dos trabalhadores. Ao tomarem conhecimento dos acontecimentos na LIP, operários de várias empresas da região decidem, em solidariedade, entrar em greve, gerando um confronto com as forças do poder estabelecido e, conseqüentemente, provocando detenção e condenação de participantes da manifestação. Organiza-se uma marcha nacional em favor dos grevistas em Besançon, com a reunião de 100 mil pessoas (“a marcha dos 100.000”), mesmo sob uma chuva torrencial. A greve se transforma numa questão pública e dura até fevereiro de 1974.

O grupo de operários, em Assembléia Geral, decide que a produção passará a ter o controle dos operários. Os relógios apreendidos são vendidos com grande êxito. Em seis semanas, o volume de negócios corresponde a 50% do total de um ano de vendas. (HALIMI, 2008). A luta se populariza com o slogan: “É possível: nós fabricamos, nós vendemos, nós pagamos.” (LINTERNAUTE, 2008).

Em 1974, é eleito Giscard d’Estaing como novo presidente francês. Ocorre, então, um recuo no processo. A fábrica é evacuada e um novo plano é proposto. A maioria dos operários rechaça a proposta, mas mesmo assim a LIP é adquirida pela Compagnie européenne d’horlogerie, que decide mantê-los no emprego. O governo percebe como preocupante a força que o movimento transmite aos sindicatos por toda a França na luta contra o desemprego. Diante disso, realiza uma manobra para liquidar com o movimento da LIP: nacionaliza a Renault, um importante cliente da fábrica e, em seguida, cancela todos os seus pedidos de relógios; simultaneamente, suprime um pagamento correspondente a parte do acordo firmado com os novos donos da empresa. (HALIMI, 2008). Dois anos depois, novas dificuldades afetam-na, a autogestão é retomada pelos trabalhadores, mas a sociedade é liquidada em 1977.

O conflito termina em 1980, com a instauração de seis cooperativas e a absorção de 250 dos trabalhadores. Do restante, parte foi contratada pelo poder municipal de Besançon e parte por empresas do mesmo município, embora por tempo determinado. Das cooperativas criadas, uma durou três anos. As demais, entre oito e doze anos. Três delas tornaram-se empresas de tipo S.A ou SARL, que empregam uma pequena centena de assalariados, permanecendo em atividade até os dias atuais. (RAVENEL, 2008).

O sucesso do movimento deveu-se ao fato de que a luta não era de um grupo de militantes, mas de todos os operários da fábrica. Esses operários se deram conta da possibilidade de realizar mudanças que eles próprios até então não acreditavam ser possível. Na luta da LIP, ao mesmo tempo que houve um reforço dos laços e das relações sociais, a solidariedade teve um cunho político, por reforçar a unidade e a resistência a movimentos contrários, oriundos de agentes externos.

Quadro 1 – O Caso LIP: uma Experiência Pioneira, na França

Fonte: Elaboração Própria dos Autores.

Existe liberdade na dívida. No entanto, é uma liberdade diferente daquela do mercado. No mercado, existe a lei da equivalência, significando a liberdade,

essencialmente, de liquidar uma dívida para desobrigar a pessoa de um vínculo social. Na dívida, ao contrário, os rituais visam fortalecer os vínculos das relações

sociais pela incerteza e pela não-equivalência.¹⁰ A incerteza, neste contexto, é um espaço para a manifestação da confiança, pois aquilo que é dado não é mensurado: é espontâneo e incerto. No âmago do vínculo está o que Godbout (2002) denomina de dívida mútua positiva. Por isso, o dom não se enquadra nas teorias das escolhas racionais e no contrato.

Essas características se configuram como um desafio aos fundamentos da noção de economia de mercado, pois mostram que a dádiva não pode ser compreendida pela ótica que a embasa. Além disso, a dádiva não ocorre entre indivíduos, mas entre coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam.

Na dádiva, não se realizam simples trocas de bens materiais, mas também trocas simbólicas, pois o ato de dar, receber e retribuir tem um significado simbólico. Ele se realiza em função da vontade de construir laços, relações (valor das pessoas) e não pela utilidade dos bens (valor de uso) ou em função de seu valor monetário (valor de troca). O preço é o da honra e o da grandeza de quem dá ou da desonra e vileza de quem, aceitando, recusa-se a devolver. Por isso, os interesses instrumentais são hierarquicamente secundários em relação aos interesses de forma ou de apresentação de si mesmo na tessitura das relações sociais.

Sendo a dádiva antiutilitária, antiacumuladora e antiequivalente, torna-se irredutível a uma relação mercantil. Deste modo, o mercado figura apenas como um dos momentos, assim como a circulação de riquezas é apenas um dos termos de um contrato muito mais geral e permanente. Estes dois aspectos, no entender de Mauss, confeririam à dádiva o caráter de fenômeno social total.¹¹ Por um lado, a dádiva supõe o engajamento da coletividade como um todo; por outro, ela teria a característica de perpassar todas as esferas das práticas.

10 A dádiva é antiequivalente porque o seu princípio é o de prolongar a dívida, para prolongar o laço social. (GODBOUT, 2002). Se assim não fosse, interromper-se-ia o ciclo oblato e, consequentemente, a dívida, rompendo-se, então, a relação, o laço social. O contrário acontece com a troca mercantil, cujo princípio é saldar a dívida para, desta forma, romper com o laço social.

11 Mauss (2003) refere-se à totalidade em dois sentidos: 1) na troca, a sociedade inclui, simultaneamente e em mesmo nível hierárquico, todos os fenômenos humanos de natureza jurídica, econômica, social, política, cultural e religiosa; 2) a natureza dos bens produzidos, além de material, é sobretudo simbólica.

Imersa em paradoxos e complexidades, a dádiva é também revestida de rivalidade e antagonismo, como forma de produzir união e sentimento de amizade, em cuja generosidade simbólica o interesse se encontra duplamente presente e imbricado. Nas sociedades primitivas, isso pode ser interpretado como uma forma de, ao longo de seu desenvolvimento, substituírem a guerra pela paz, o isolamento pela aliança e pela dádiva. Dar, receber e retribuir é uma forma de estabilizar as relações entre indivíduos e grupos, prática observada mesmo nas sociedades contemporâneas. (CAILLÉ, 2008; GODBOUT, 2002). Esta prática permite criar e satisfazer interesses mútuos e defendê-los com respeito mútuo e com generosidade.

Nos tempos modernos, o caso emblemático da Fábrica de relógios LIP, em Besançon, na França, nos anos 1970 (detalhes no Quadro 1), merece ser citado como um exemplo pioneiro de economia solidária, visto que é rico na articulação entre a dádiva maussiana e os princípios polanyianos de economia. Nele é possível perceber, por exemplo, a solidariedade e a construção de laços sociais, além da autogestão como alternativa de organização de empresa econômica.

4 – A PRÁTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: A EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO PALMEIRAS

Em sua definição mais pragmática, a economia solidária pode ser entendida como um conjunto de iniciativas socioeconômicas de natureza associativa ou cooperativa, dentro de um dado contexto territorial, envolvendo certo número de habitantes que se empenham em resolver problemas públicos concretos da sua vida cotidiana. Na sua base, se encontra a noção de solidariedade. (FRANÇA FILHO; SANTANA JUNIOR, 2008). Porém, classificá-la é uma tarefa difícil, em virtude da profusão de formulações e experiências que se autodenominam de economia solidária. No campo teórico, os principais centros de discussão sobre o tema se encontram na França e no Canadá (Quebec). As concepções são distintas e se encontram em construção. Tanto num país como noutro, a economia solidária teria as suas bases num projeto político assentado em práticas de ajuda

mútua e autogestão, características das experiências associativas do século XIX.

Na América Latina, onde o tema vem tomando cada vez mais espaço nas discussões acadêmicas, alguns autores, como Gaiger (1994) e Coraggio (2008), enxergam na economia solidária uma resposta dos setores populares à crise do mundo do trabalho. Por isso, ela estaria inserida na denominada economia do trabalho ou economia popular (daí derivando uma outra expressão: economia popular solidária). Mesmo dentre os adeptos dessa vertente, é possível encontrar interpretações voltadas para o seu caráter emergencial e imediato entre populações pobres e excluídas, ou para um potencial de transformação política e social em resposta ao colapso do socialismo real, superando a mera busca pelo suprimento de necessidades materiais.

O extremo em termos de segmentação da economia solidária parece ser a oposição entre os que a veem com vocação para substituir integralmente o capitalismo e os que a enxergam como uma nova forma de economia mista, que articularia ao mesmo tempo as economias pública e de mercado. Também, as associações exerceriam um papel importante onde o mercado e o Estado são ausentes. Enquanto a primeira vertente é defendida particularmente por teóricos latino-americanos de tradição marxista e europeus de “esquerda da esquerda”, a segunda se inspira na concepção polanyiana de economia plural, tendo como um de seus principais defensores o francês Jean-Luis Laville. (CAILLÉ, 2008b; CHANIAL; LAVILLE, 2008).

O também francês Serge Latouche pode ser apontado como um dos principais defensores da primeira vertente. Faz críticas à concepção polanyiana de economia, por entender que ela continuaria reverenciando a economia de mercado como central na sociedade. Latouche acredita que só existe uma forma de nos desembaraçarmos da economia de mercado: descolonizando o nosso espírito, a partir da erradicação do imaginário economicista que a infesta. (CAILLÉ, 2008b; LATOUCHE, 2005).

Na segunda vertente, mesmo admitindo que as experiências de economia solidária ocorram dentro do sistema capitalista, defende-se que elas são regidas por

uma lógica completamente diferente daquela do livre mercado (na verdade por várias lógicas). A partir deste olhar, é possível perceber que a economia de mercado oculta a pluralidade da economia. Uma economia plural permite que se criem espaços públicos de proximidade que favorecem a consolidação de uma dimensão política. A análise a seguir prende-se ao conteúdo desta última vertente, por se tratar de uma forma de compreender a economia solidária como capaz de fortalecer os princípios econômicos formulados por Polanyi (2000) – economia mercantil, economia não-mercantil e economia não-monetária.

A formulação de Polanyi (2000) permite perceber algumas particularidades das práticas de economia solidária. Uma delas é a possibilidade de pensar tais práticas como uma projeção desse conceito macrosocial de economia plural no nível micro ou mesossocial, a partir de sua manifestação concreta na realidade. Outra é a possibilidade de conceber a economia solidária como uma articulação entre aqueles três princípios e, destes, com a esfera pública num projeto de integração político, social e cultural, instaurando novos modos de regulação. Uma terceira singularidade refere-se à possibilidade de enxergar a tensão nas dinâmicas organizativas da economia solidária, resultante do constante confronto entre diferentes lógicas e diferentes modos de gestão (FRANÇA FILHO; SANTANA JUNIOR, 2008).

Por sua vez, Mauss (2003) mostra o papel simbólico da vida social, ao apresentar a dádiva como o fundamento de toda a sociabilidade e comunicação humana, permitindo que se perceba a irredutibilidade das relações à transação mercantil. Mostra que o conjunto das relações está submerso num contrato mais geral e permanente, denominado de fato social total. Pensar a dádiva desta maneira permite entender que todo e qualquer bem ou serviço produzido tem uma natureza que vai além da material. Ela é, sobretudo, simbólica. Além disso, mesmo no momento de uma troca, a sociedade leva em conta, e em mesmo nível hierárquico, a totalidade dos fenômenos humanos (de natureza jurídica, econômica, social, política, cultural e religiosa). As experiências de economia solidária são um locus privilegiado para observar esse papel do simbolismo na vida comunitária.

A experiência da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (Asmoconp), bairro da periferia de Fortaleza (CE), apresentada a seguir, se constitui num caso emblemático de manifestação concreta de economia solidária no Brasil, por reunir, de forma articulada e entrelaçada, as características da concepção polanyiana de economia e da dádiva maussiana. Antes de apresentar o caso, porém, faz-se necessário um breve relato da trajetória do grupo, visto que isso facilitará a compreensão do contexto no qual ele está assentado.

4.1 – Construindo um Bairro: o Desafio de “Habitar o Inabitável”

Abrigando atualmente uma população de 33 mil habitantes e contando 35 anos de existência, o Conjunto Palmeiras foi formado inicialmente por 1.500 famílias pobres transferidas, em 1973, de zonas de risco da Cidade. Teve crescimento rápido, principalmente em virtude da abertura de novos loteamentos em 1979.

O terreno para onde foram transferidas as famílias distava 20km da cidade, era encoberto por uma vegetação densa e com áreas alagadas. Sem apoio da Prefeitura, cada família adquiriu e pagou um lote de terras, no qual construiu seu barraco. Formou-se, então, uma grande favela sem serviços e infraestrutura básica, tais como saneamento, água tratada, energia elétrica, escola. Diante das dificuldades de atendimento das reivindicações por serviços básicos, o grupo utilizou diversas formas de pressão. Mobilizações com passeatas e concentração de pessoas em frente à sede do governo estadual foram algumas das estratégias adotadas pelo grupo. Entre os anos de 1977 e 1981, a população conseguiu a instalação de uma escola, um centro social urbano e um posto de saúde.

Em 1981, um grupo decidiu se unir em torno de uma associação – Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (Asmoconp), momento a partir do qual as ações passaram a ter um núcleo de organização. Desde então, o bairro tem contabilizado muitas conquistas. Hoje o conjunto conta com escola, postos de saúde e redes de água, esgotos e energia elétrica (construídas com recursos estaduais), um canal de drenagem de 1.700 metros, construído

em regime de mutirão, com o apoio financeiro da Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ), e linhas de transporte urbano. Todas essas conquistas são fruto da organização desses moradores em torno da Asmoconp, que consegue articular os “planos” político, social e econômico em busca de melhoria de condições de vida. Uma das instituições mais importantes do bairro é fruto desse trabalho da Associação. Trata-se do Banco Palmas, um banco comunitário criado em 1997.

Em 1991, já existiam 26 organizações populares no Conjunto Palmeiras, ocasião em que foi organizado um seminário sob a denominação de “Habitar o Inabitável”, resultando em duas deliberações importantes: criar uma entidade de congregação das inúmeras associações existentes no bairro e elaborar um plano estratégico de urbanização do bairro com metas a serem atingidas em até 10 anos. Para avaliar os avanços após as deliberações do seminário, seis anos depois, a Associação contratou uma pesquisa, na qual se constatou que, apesar de alguns avanços, a população do bairro continuava na pobreza e havia pouca circulação de riqueza. A pesquisa mostrou que 80% dos moradores do conjunto estavam desempregados, 90% das famílias economicamente ativas ganhavam menos de dois salários mínimos e as dificuldades de obtenção de crédito inviabilizavam o desenvolvimento das microempresas locais. Em torno de 1.200 crianças perambulavam pelas ruas por falta de vagas na escola. Além disso, 75% dos moradores eram analfabetos (BCB, 2008). Pensou-se então num projeto de geração de trabalho, que posteriormente se transformou no Banco Palmas.

4.2 – O Projeto da Associação

A Asmoconp conta com uma rede de empreendimentos produtivos formais e informais financiados pelo Banco Palmas, atualmente o braço forte da Associação e grande animador das demais atividades e ações.

A rede criada pela Associação não é um fato isolado. Na verdade, as redes surgem como um ator e uma esfera de articulações no cenário (local, regional, nacional e internacional) e passam por um processo progressivo de crescimento, principalmente a partir

dos anos 1990. Podem ser consideradas como uma esfera de contrato social que nem é mercado nem Estado. (MANCE, 2001). Vários estudos realizados por Scherer-Warren (1993) têm apontado para a importância dessas redes em dois aspectos: em termos políticos e do fortalecimento da democracia. No caso da experiência do Conjunto Palmeiras, os empreendimentos participantes da rede são voltados para o atendimento das demandas locais, todos articulados entre si. Há independência dos empreendimentos, mas são interligados por regras de solidariedade do Sistema Palmas: PalmaFashion, PalmArt, PalmaNatus, PalmaLimpe, Loja Solidária e o Palmoricó.¹² (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003; RECID, 2008).

Uma ação estratégica dá suporte a todas as atividades da Associação de forma integrada, inclusive as do Banco. Trata-se da PalmaTec, uma Escola que tem por objetivo oferecer capacitação gerencial e profissional na perspectiva da socioeconomia solidária, assim como desenvolver formas de sensibilização para a cultura da solidariedade.¹³ Os idealizadores do curso partem da ideia de que o homem não é competitivo por natureza. A sociedade moderna e o capitalismo seriam os responsáveis pela criação de uma cultura de competição no homem moderno. Por isso, seria

necessário realizar um trabalho de reeducação das pessoas, conforme declara o coordenador do Banco Palmas: “O capitalismo colocou dentro de cada um de nós a competitividade e, hoje, nós somos competitivos. Mas isso é uma grande mentira, por gênese, somos solidários e amorosos. Assim, é necessário reeducar as pessoas.” (MELO NETO, 2003b, p. 104).

A escola tem também o papel de difundir a metodologia e os produtos criados pelo Banco em sua estratégia de combate à pobreza com o desenvolvimento local. Oferece oficinas e cursos variados na área de capacitação profissional, gestão de empresas solidárias, criação de redes e instrumentos de economia solidária enfatizando a cultura da cooperação. Dentre aqueles moradores que hoje atuam em diversos empreendimentos mantidos pela Associação, grande parte passou pela PalmaTec. Atualmente mil jovens estão sendo capacitados em profissões cobertas por 150 dos empreendimentos locais cadastrados no Banco Palmas.

Dentre os empreendimentos socioeconômicos mantidos pela Associação, merecem ser citados os Jardins Comunitários, a Troca de Serviços, o Balcão de Empregos, o Clube de Trocas Solidárias, as Compras Coletivas, a Incubadora Feminina, o Estúdio para gravação de CDs, com equipamentos doados pela organização não-governamental (ONG) holandesa Strohalm, a Passagem Solidária e a Feira Solidária. (MELO NETO, 2003a, 2003b; MELO NETO; MAGALHÃES, 2003; RECID, 2008). Vale descrever alguns desses empreendimentos pelo papel de destaque na Associação e na rede como um todo.

Os Jardins Comunitários são uma forma de produzir para o autoconsumo, funcionando também como laboratório de agricultura urbana, de forma a observar quais plantas são apropriadas para o tipo de solo ali existente. No laboratório, produzem-se mudas para disponibilizar para a população local.

Para realizar a Troca de Serviços, os moradores associados colocam suas habilidades profissionais à disposição (faxina, corte de cabelo, serviços de eletricitista, pedreiro etc.). Utilizando-se um contrato social, é formada uma rede na qual é estabelecido um pacto de cooperação entre todos os associados. Todos

12 A PalmaFashion é uma fábrica de confecções formada por um grupo de 12 mulheres, a maioria oriunda da Incubadora Feminina. Atualmente são produzidas 2 mil peças mensais. A PalmArt congrega produtores de artesanato. A PalmaNatus é responsável por uma horta comunitária, cultivo de plantas medicinais e fabricação de produtos naturais. A PalmaLimpe fabrica diversos produtos de limpeza. Seus produtos já abarcam 9% do mercado do Conjunto e ocupam o 3º. lugar em vendas de produtos de limpeza no bairro. É gerido por um grupo de jovens oriundos do curso de capacitação do PalmaTec. O Palmoricó é um espaço de criação de galinha caipira. A Loja Solidária é o ponto de exposição e venda de produtos de empreendimentos que tomaram crédito no Banco.

13 Com respeito ao uso da noção de solidariedade no conceito de economia solidária, trata-se de recurso empregado pela sociedade como forma de superação dos reducionismos praticados pela combinação economia de mercado autorregulador e sociedade de capitais. (CHANIAL; LAVILLE, 2008). No Dicionário Aurélio (FERREIRA, 1995), solidariedade refere-se a “laço ou vínculo recíproco de pessoas [...]”, remetendo a uma visão bastante ampla. Mas a solidariedade em experiências de economia solidária tem ênfase em uma concepção política. Por isso, não deve ser confundida com a ideia de solidariedade benevolente (caridade ou filantropia), que ocorre em condições desiguais entre os envolvidos. A definição sociológica de solidariedade contida no Dicionário Michaelis (MICHAELIS, 2008) seria mais apropriada: “Condição grupal resultante da comunhão de atitudes e sentimentos, de modo a constituir o grupo unidade sólida, capaz de resistir às forças exteriores e mesmo de tornar-se ainda mais firme em face da oposição vinda de fora”.

os participantes da rede podem utilizar os serviços à disposição sem monetarização.

O Clube de Trocas Solidárias funciona a partir de reuniões semanais entre pessoas que têm algo a oferecer e pessoas que necessitam de algo para consumir, sejam bens ou serviços, sem que seja determinante a presença da moeda. Utilizam uma moeda alternativa, sem indexação com a moeda oficial. Aí ocorrem trocas, principalmente de produtos de subsistência, tais como hortaliças, galinhas e ovos. O que define o valor do produto é a matéria-prima utilizada para a fabricação de determinado produto ou a hora trabalhada. Trata-se, na verdade, de um instrumento de confiança que exerce a função de unidade de valoração, mas cujo valor nominal não é igual ao valor intrínseco, pois depende da confiança daqueles que a recebem ou a repassam, não servindo, por isso, como instrumento de “entesouramento” de riqueza. É, portanto, um espaço de manifestação da dívida. Por um lado, existe um princípio de regulação das relações sociais, que não é o contrato de compra e venda, mas a obrigação dos indivíduos de se submeterem à lei do simbolismo. Por outro, os rituais visam fortalecer os vínculos das relações sociais pela incerteza e não pela equivalência. (MAUSS, 2003). Ou seja, além de servir para o intercâmbio comercial, este é um espaço privilegiado para trocas sociais, culturais e de saberes, contribuindo para a integração das pessoas, possibilitando novas amizades, afetos, favores, gentilezas.

A Incubadora Feminina é um projeto de segurança alimentar dirigido a mulheres em situação de risco pessoal e social, com o objetivo de reintegrá-las ao ciclo econômico, garantindo-lhes renda que assegure o acesso ao alimento.

A Feira é um espaço público criado para que sejam comercializados os produtos do bairro. É um espaço também para a manifestação da cultura popular (pois lá acontecem manifestações artísticas) e de fortalecimento dos vínculos sociais e de troca de experiências.

A feira do Banco Palmas acontece todo sábado, em frente à Associação, somente produtos da comunidade. A venda não é uma maravilha, porque é uma favela, mas vende, divulga e as pessoas conversam, dançam

forró, contam piadas. Há dias em que nem se vende, mas sai todo mundo feliz, porque economia não é só para ganhar dinheiro, mas é também para criar prazer e felicidade. A feira é um espaço de comercialização, lazer e convivência. (MELO NETO, 2003b, p. 103).

Todas essas atividades estão umbilicalmente ligadas ao Banco Palmas, cuja criação representa um marco na história da Asmoconp. Desde o princípio, assumiu um papel muito além daquele exercido por um agente financeiro tradicional. Na sua base, existe a filosofia de construir uma rede solidária a partir da integração entre produção e consumo local, além da prioridade para a circulação da renda no próprio Bairro. Neste sistema, há espaço para que as pessoas possam produzir e consumir localmente a partir de uma estimativa do consumo local. (MELO NETO, 2008a). Para estimar o consumo local, jovens da própria comunidade realizam diagnósticos a partir dos quais é construído um Mapa Anual da Produção e do Consumo Local. Com isso, é possível saber o gasto por item doméstico e, então, estimar quanto deve ser produzido. A partir deste mapeamento são desenvolvidas todas as demais estratégias da Associação.

Esta estratégia fornece as condições de sustentabilidade e perenidade dos projetos da Associação, o que França Filho e Dzimira (2002) denominam de hibridação de economias e construção conjunta de oferta e demanda¹⁴. A construção de uma rede em função das necessidades de consumo local é a estratégia montada pela Asmoconp. Nesta economia, a autorregulação do mercado e a competição perdem sentido, uma vez que a oferta de produtos e serviços é construída em função da demanda real expressa pelos habitantes da comunidade, numa lógica de rede, a partir da integração das relações socioeconômicas dos diversos atores. Incluem-se aí os produtores,

¹⁴ Hibridação de economias, no sentido de combinação de diferentes princípios econômicos e lógicas de ação, resultantes da natureza distinta das fontes de recursos mobilizados (mercantil: venda ou prestação de serviços a particulares; não-mercantil: subvenções ou outros financiamentos originários do setor público; não-monetária: participação voluntária de alguns membros – doação material, de tempo). Construção conjunta de oferta e demanda, porque ocorre a partir das necessidades sociais reais expressas localmente. A construção conjunta de oferta e demanda seria, na verdade, uma vocação da própria economia solidária. Haveria, em tais experiências, uma tendência para que ocorresse esta construção. Não quer dizer que todos os bens e serviços ofertados nessas experiências seriam resultado disso.

os consumidores, os prestadores e usuários de serviços. Neste sentido, a economia solidária não pode ser reduzida ao economicismo mercantil nem ao utilitarismo teórico e metodológico.

Algumas características peculiares do Banco Palmas o distinguem das empresas privadas capitalistas. A primeira é que o direito de propriedade do empreendimento é de um grupo de pessoas e não de um indivíduo em particular; a segunda é que os seus objetivos não estão voltados unicamente para a acumulação capitalista e o lucro. Além disso, a sua gestão é comunitária¹⁵, o sistema é integrado, possibilitando a realização simultânea de empréstimos para produção e consumo, capacitação profissional e comercialização.

Para garantir a integração do sistema de produção e consumo local, o Banco conta com uma linha de microcrédito para produtores e consumidores e com instrumentos para estimular o consumo localmente (cartão de crédito e moeda própria), além de alternativas de comercialização (feira e loja solidária). (MELO NETO, 2008b).

A moeda (Palma) é um dinheiro alternativo, de uso exclusivo no Banco Palmas, que circula somente no Bairro, paralelamente à moeda oficial brasileira. Quem compra com palmas nas lojas do comércio local tem um desconto que varia de 2 a 10%. (CORREA, 2008). A ideia da moeda surgiu da necessidade de fazer circular a riqueza gerada dentro do próprio Bairro. Cada Palma equivale a R\$1,00 e os moradores conseguem a moeda com o próprio trabalho ou fazendo empréstimo no Banco. O empréstimo funciona num sistema de crédito e juros baixos (2 a 4% a.m.), porém evolutivos, de modo que os que dispõem de mais renda pagam mais, como forma de subsidiar o empréstimo dos menos favorecidos.

A metodologia de crédito utilizada pelo Banco Palmas permite a garantia e o controle baseado nas relações de proximidade e confiança mútua, já que, no ato do empréstimo, o tomador passa a

ser acompanhado pela rede solidária. A média da inadimplência na carteira de empréstimos tem girado em torno dos 3%. Diferentemente do que ocorre com empréstimos nos bancos tradicionais, não existem consultas cadastrais, comprovação de renda ou exigência de fiador. Utiliza-se o aval solidário, um instrumento eficiente de garantia e controle, em que tomadores de crédito formam um grupo no qual todos se responsabilizam pelos empréstimos dos demais. Outro instrumento utilizado é a consulta sobre idoneidade e responsabilidade do tomador, feita junto à sua rede de relações de vizinhança. Os empréstimos concedidos têm, assim, o papel de restaurar laços e vínculos sociais entre os moradores do bairro.

O acesso aos instrumentos financeiros do Banco é permitido por via da Associação de Moradores, ou seja, necessariamente, é preciso ser sócio, além de se submeter às regras de comprar e vender localmente.

A filosofia do banco é ser uma rede de solidariedade de produtores e consumidores, prosumidores, porque todo ser humano consome e produz. Dessa forma, a meta fundamental é botar produtor e consumidor em relação; um produz e o outro compra, e vice-versa. Entendendo isso, entende-se o resto do banco. A moeda, denominada Palma, permite a troca de tudo por tudo, desde dentro da fronteira do bairro. (MELO NETO, 2003a, p. 101).

O termo “prosumidores” refere-se à importância de não se fazer a separação entre produção e consumo, já que, segundo o coordenador do Banco, tal separação prejudicaria a organização e a dinâmica do sistema, podendo ser associado ao conceito construído por França Filho e Dzimira (2002) de hibridação de economias e construção conjunta de oferta e demanda.

4.3 – Articulando Economia Plural e Dádiva

Vale comentar alguns aspectos característicos do Projeto da Asmocon. Um deles é a combinação entre a valorização do espaço local com a busca de respostas para problemáticas específicas, inserindo a solidariedade na elaboração coletiva das atividades econômicas. Essa preocupação com o local leva a outras duas características fundamentais na experiência: uma combinação de atividades econômicas com outras atividades de cunho social, educacional e político; a preocupação com a

¹⁵ A coordenação, a gestão do banco e a administração dos recursos são feitas pela própria comunidade e os funcionários, em sua grande maioria, são voluntários do bairro.

valorização do sentido do trabalho e o compromisso com a coletividade.

As três formas de economia (ou princípios da formulação polanyana) se manifestam de maneira imbricada, complementar e de forma simultânea, na produção de bens, na prestação de serviços e no consumo local. A lógica mercantil se manifesta nos empreendimentos econômicos produtivos criados ao longo do tempo com o objetivo de gerar e fazer circular renda no bairro. Nessa vertente, enquadram-se, dentre outros, o PalmaFashion, o PalmArt e o PalmaNatus, os quais recorrem ao mercado para a venda de seus produtos. No mesmo espaço e envolvendo os mesmos atores, manifesta-se a economia não-mercantil. Nesta forma, enquadram-se os recursos oriundos de ONGs para a criação do Banco, a construção do canal de drenagem e a criação de um estúdio para gravação de CDs. Nesta mesma vertente, aparece também a ação do Estado por meio da construção da escola e do posto de saúde, por exemplo. A natureza não-monetária se manifesta na participação voluntária de moradores, com a doação de tempo e trabalho em funções de coordenação e execução na Associação e no Banco, na participação em mutirão para a construção de um canal de drenagem, ou na agricultura para o autoconsumo, no projeto Jardins Comunitários, por exemplo.

Por ser coletiva e resultante da associação espontânea das pessoas, a experiência do Conjunto Palmeiras é um espaço que mobiliza sentimentos de lealdade, solidariedade, amizade e confiança. Além disso, a Associação adota uma estratégia que, ao mesmo tempo que disponibiliza para a comunidade a oportunidade de inserção no mercado de trabalho pela capacitação profissional, contribui para o fortalecimento destes sentimentos. Isso acontece nas oficinas e nos cursos oferecidos pelo PalmaTec. Esta configuração facilita o encaminhamento de soluções para as tensões próprias da economia solidária.

A dádiva é um dos elementos fundamentais de regulação das relações existentes entre os componentes da rede. Ela se manifesta, por exemplo, no momento da Troca de Serviços e na própria metodologia de crédito utilizada pelo Banco. No primeiro caso, cria-se um espaço de troca sustentado na incerteza, que oferece condições para

a manifestação da confiança mútua. O ato de prestar um serviço ao outro não garante que será retribuído. Por outro lado, embora o outro seja livre para retribuir ou não o serviço, tende a retribuí-lo como forma de manter e fortalecer os vínculos e, desta maneira, prolongar a relação de troca. Portanto, a troca aqui realizada não envolve apenas os serviços, mas bens simbólicos, pela vontade de construir laços. No Banco Palmas, este princípio de regulação social é adotado como um instrumento de garantia e controle dos empréstimos. O aval solidário e a consulta à rede de relações de vizinhança do tomador caracterizam este elemento de regulação das relações entre tomadores de crédito. Isso mostra que as pessoas não são movidas exclusivamente pela lógica do cálculo e da utilidade. Desse modo, o que acontece ali é mais que uma experiência econômica, é mais que emprestar dinheiro. Trata-se, como afirma o coordenador do Banco Palmas, de “[...] um sistema integrado de produção, serviços, consumo, comercialização, sentimento, coração, prazer, felicidade humana. Só tem sentido se for assim, caso contrário, estamos repetindo o que já foi feito.” (MELO NETO, 2003b, p. 99).

Com isso, a economia se subordina às relações sociais e deixa de ocupar lugar central na sociedade, ao mesmo tempo que ocorre uma valorização da liberdade do outro e as transações se processam num contexto de incerteza, criando espaço para a manifestação da confiança entre os atores da rede. Ocorre, por assim dizer, uma regulação das relações sociais e, ao mesmo tempo, um fortalecimento dos vínculos dessas relações, responsáveis por um entrelaçamento indissociável entre vida econômica e vida social. (GAIGER, 2008; FRANÇA FILHO; SANTANA JUNIOR, 2008).

O fortalecimento da articulação política no cotidiano dos sócios da Asmoconp ocorre na articulação e mobilização por serviços do Estado, ou pela indução ao estabelecimento de articulação e pactos entre os empreendimentos dos diversos segmentos da atividade econômica local. Esse processo contínuo de articulação é responsável também pela construção de espaços públicos e de deliberação política que, por sua vez, contribuem para o fortalecimento dos laços sociais e de solidariedade. Tais espaços facilitam a adoção de um sistema de regulação capaz de garantir a

coexistência, em condições mínimas de equilíbrio, das diferentes lógicas presentes na economia local.

Outra característica importante das atividades desenvolvidas no âmbito da Asmoconp é a sua compatibilidade com a economia popular típica do grupo envolvido. Ocorrem no nível micro, existindo, por isso, uma tendência de compatibilização das práticas com os arranjos individuais, familiares ou grupais estabelecidos. Isso porque, em geral, tais arranjos acontecem de maneira a garantir ou facilitar a subsistência, além de estarem inscritos nos círculos de relação e de influência das pessoas, bem como nas suas experiências de vida. (GAIGER, 2004).

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se propôs neste texto foi a realização de uma articulação entre economia plural e dádiva maussiana, como forma de se compreenderem as experiências de economia solidária em curso. Partiu-se do pressuposto de que as análises com base no referencial da economia de mercado são insuficientes para explicar tais experiências. Acredita-se que, em seu interior, se processam e se articulam diversas lógicas (social, econômica, política, jurídica, cultural, religiosa) de forma simultânea, em mesmo nível hierárquico, envolvendo vínculos simbólicos. Os elementos empíricos foram apresentados a partir do exame de um caso emblemático de economia solidária no Brasil, a experiência da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (Asmoconp), bairro da periferia de Fortaleza, Estado do Ceará.

À luz do referencial adotado, merecem destaque alguns dos aspectos observados na experiência da Asmoconp. O primeiro deles é a capacidade de integração, em rede, de uma gama de atividades cada vez mais diversificada e imbricada, em que coexistem os princípios da economia mercantil, da economia não-mercantil e da economia não-monetária e estão presentes as dimensões sociais, econômicas e políticas. Esta rede, cujo objetivo é resolver problemáticas locais concretas, tem no Banco Palmas um elemento fundamental: ele disponibiliza os instrumentos financeiros e é responsável pela articulação entre produtores, prestadores de serviços e consumidores locais.

Papel especial é exercido também pela escola (PalmaTec), por funcionar como elo entre todas as atividades coordenadas pela Associação, além de realizar o trabalho de capacitação na perspectiva da economia solidária e da solidariedade.

Merecem destaque, também, todos os espaços criados pela Associação, os quais exercem funções que ultrapassam o mero interesse mercantil, à medida que mobilizam sentimentos de lealdade, amizade e confiança, tendo a dádiva como um dos elementos fundamentais de regulação das relações existentes dentro da rede e, desta, com o exterior.

Conclui-se, finalmente, que a economia solidária pode, sim, ser entendida pela ótica da articulação teórica proposta neste texto. Relativamente ao caso Asmoconp, a articulação entre economia plural e dádiva maussiana permitiu enxergar, por exemplo, diversos aspectos da vida social e econômica alheios à esfera do mercado que, se analisados pela ótica da economia de mercado, passariam despercebidos.

ABSTRACT

This paper presents a theoretical reflection on the views of plural economy, in Polanyi (2000), and of gift, in Mauss (2003), as grounds for empirical evidences observation in Brazil. The text is composed of three items, besides the introduction and final comments. Initially, it is presented the Polanyi's proposal (2000) about plural economy; after that, the rescue of Mauss thought (2003) about the gift. After, it is built a link between the two proposals presented in the first two items, that tries to situate the solidarity economy and the relationship that is produced in its interior from an analysis of an emblematic case of expressions of solidarity economy in Brazil, the experience of the Association of Residents of the Conjunto Palmeiras, in the poor neighborhood of Fortaleza (CE). It is concluded that it is possible to understand the logic of practices produced in the interior of solidarity economy experiences through this approach.

KEY WORDS:

Solidarity Economy. Cooperatives. Autogestion.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. J. C.; ALMEIDA, L. M. M. C. Novas formas de contratação de mão-de-obra rural na nova configuração do complexo agroindustrial citrícola paulista.

Informações Econômicas, São Paulo, v. 30, n. 12, p. 7-19, dez. 2000.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES)**: atlas da economia solidária no Brasil 2007.

Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp#>>. Acesso em: 11 jul. 2008.

BURSZTYN, M. **O poder dos donos**: planejamento e clientelismo no Nordeste. Ed. ampl. rev. Fortaleza: BNB, 2008.

CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 maio 2008a.

_____. Sur les concepts d' économie em général et d' économie solidaire en particulière. **La revue du MAUSS Semestrielle**, n. 21, 2003. Disponível em: <http://www.cairn.info/article.php?ID_REVUE=RDM&ID_NUMPUBLIE=RDM_021&ID_ARTICLE=RDM_021_0215>. Acesso em: 19 jun 2008b.

CAMARGO PEREIRA, M. C. Economia solidária: um novo modo de produção face crise do trabalho?. In: JORNADAS DE JOVENS PESQUISADORES DA AUGM, 14., 2006, Campinas. **Anais...** Campinas : Editora da Unicamp, 2006. p. 255-255.

CORREA, E. H. Banco Palmas: além do microcrédito. **Atibaianews**, set. 2008. Disponível em: <http://www.atibaianews.com.br/ver_col.php?artigo=lista&idCol=16&idArt=31&nomeCol=Elizabeth%20Horta%20Correa&cat=Colunistas>. Acesso em: 23 nov. 2008.

CHANIAL, P.; LAVILLE, J. L. **Économie sociale et solidaire**: le modèle français: projet de coopération en économie sociale et solidaire. [S.l.: s.n.], 2001. Disponível em: <[http://www.unites.uqam.ca/econos/](http://www.unites.uqam.ca/econos/documents.htm)

[documents.htm](http://www.unites.uqam.ca/econos/documents.htm)>. Acesso em: 18 mai 2008.

CORAGGIO, J. L. Problematizando la economía solidaria y la globalización alternativa. In: ENCUENTRO INTERNACIONAL SOBRE GLOBALIZACIÓN DE LA SOLIDARIDAD, 2001, Québec. **Anais...** Québec, 2001. Disponível em: <<http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/QuebecJLC.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2008.

CRUZ, A. As condições históricas do aparecimento da “economia solidária” no Brasil: as tendências estruturais do mercado de trabalho. **Leituras Cotidianas**, n. 141, p. 1-17, fev. 2005.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

FRANÇA FILHO, G. C. de; DZIMIRA, S. Dádiva e economia solidária. In: MARTINS, P. H.; NUNES, B. F. (Org.). **A nova ordem social**: perspectivas da solidariedade contemporânea. Brasília, DF: Paralelo 15, 2002. p. 136-164.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, G. C. de; SANTANA JUNIOR, G. **Economia solidária e desenvolvimento local**: uma contribuição para redefinição da noção de sustentabilidade a partir da análise de três casos na Bahia. Disponível em: <<http://www.dowbor.org/ar/07genautolocal.doc>>. Acesso em: 2 maio 2008.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802008000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 jun. 2008.

_____. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. **Sobrevivência e utopia**: os projetos alternativos comunitários no RS. 2. ed. São Leopoldo: Unisinos, 1994. 91 p. (Cadernos CEDOPE; Movimentos

Sociais e Cultura, 10).

_____. A solidariedade como alternativa econômica para os pobres. **Contexto e Educação**, n. 159, p. 103-151, 1998.

GODBOUT, J. Homo donator versus homo oeconomicus. In: MARTINS, P. H. (Org.) **A dívida entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Tradução de Guilherme João de F. Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 63-97.

HALIMI, S. LIP. La imaginación al poder. **Le Monde Diplomatique**, 20 mars 2007. Disponível em: <http://br.babelfish.yahoo.com/translate_url?doit=done&tt=url&intl=1&fr=bf-res&trurl=http%3A%2F%2Fwww.monde-diplomatique.fr%2Fcarnet%2F2007-03-20-LIP&lp=fr_es&btnTrUrl=Traduzir>. Acesso em: 20 nov. 2008.

LATOUCHE, S. Vers la décroissance: ecofascisme ou écodémocratie. **Le Monde Diplomatique**, ano 52, n. 620, p. 26-27, nov. 2005.

LAVILLE, J. L. (Org.). **L'économie solidaire**: une perspective internationale. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

LINTERNAUTE, M. **Quand les ouvriers ont pris le pouvoir**. Disponível em: <<http://www.linternaute.com/homme/mode-accessoires/dossier/08/montres/lip-la-saga/11.shtml>>. Acesso: 18 nov. 2008.

LOUREIRO, M. R. Cooperativismo e reprodução camponesa. In: LOUREIRO, M. R. (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981, p. 11-40.

MANCE, E. A consistência das redes solidárias. **Revista de Ciências Sociais da UNISINOS**, n. 159, p. 177-204, 2001.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dívida: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Nayfi, 2003. p. 183-314.

MELO NETO, J. J. de. **Ashoka**: empreendedores sociais. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/hotsite/joaquim.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2008a.

_____. O Banco de Palmas. In: MIYARES, A. *et al.* **Economia solidária**: desafios para um novo tempo. Salvador: Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2003a. 131 p. (Cadernos FLEM, 5).

_____. **Banco Palmas**: uma prática de socioeconomia solidária. Quito: Banco Palmas, 2003b. (Caderno de Trabalho, n. 116).

_____. Projeto de Agricultura Urbana na favela Conjunto Palmeira. **Revista de Agricultura Urbana**, ano 3, n. 29, p. 1-2, abr. 2008. Disponível em: <<http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AU7/AU7ceara.html>>. Acesso em: 23 nov. 2008b.

MELO NETO, J. M.; MAGALHÃES, S. (Org.). **Bairros pobres**: ricas soluções: Banco Palmas: ponto a ponto. Fortaleza: Lamparina, 2003.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=solidariedade>>. Acesso em: 20 jun. 2008.

OLIVEIRA, L. V. N. **Economia solidária e conjuntura neoliberal**: desafios para as políticas públicas no Brasil. 2005. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL. **Princípios**: sete linhas orientam o cooperativismo. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/principios.asp>>. Acesso em: 15 nov. 2008.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Tradução por Fanny Wrobel. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

RAVENEL, B. Leçons d'autogestion: entretien avec Charles Piaget, figure de la lutte des "Lip". **Mouvements**. Disponível em: <<http://www.mouvements.info/spip.php?article52>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

RECID. **Experiência cearense serve como modelo**. Disponível em: <http://www.recid.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=456&Itemid=2>. Acesso em: 24 nov. 2008.

SANTOS, B. S. Introdução. In: _____. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 23-77.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SEGUNDO, J. J. M. N. Banco Palmas... um caminho. **Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro**, ano 3, n. 29, p. 1-2, abr. 2008. Disponível em: <www.bcb.gov.br/?BOLRSA200804>. Acesso em: 19 nov. 2008.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

Recebido para publicação em: 28.01.2009

